



## 3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios  
da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

---

Eixo: Questão Agrária, Urbana e Ambiental

### SUBSTITUIÇÃO DE MORADIAS PRECÁRIAS EM BELÉM/PA: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

Odália Lima Borges<sup>1</sup>

#### Resumo

O presente artigo tem por objeto de estudo o processo de substituição de moradia precária em Belém, objetivando investigar as implicações do projeto no cotidiano das famílias. Adotou-se como procedimento metodológico o levantamento bibliográfico e documental, entrevistas semiestruturadas e observação direta. A partir da análise dos dados obtidos concluiu-se que a intervenção do PAC na comunidade enfrenta dificuldades em atender a demanda por moradia adequada e infraestrutura urbana.

**Palavras-chave:** Programa habitacional. Produção de moradias. Belém.

**Abstract** This article is the subject matter of poor housing replacement process in Belém, aiming to investigate the implications of the project in the household routine. It was adopted as the methodological procedure bibliographic and documentary, semi-structured interviews and direct observation. From the data analysis it was concluded that the intervention of the CAP in the community faces difficulties in meeting the demand for adequate housing and urban infrastructure.

**Keywords:** Housing program. Production of housing. Belém.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz uma análise do Projeto de Substituição de Habitação Precária do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na Comunidade Fé em Deus-Tenoné/Icoaraci – Belém/PA. A pesquisa foi realizada no âmbito do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) da Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2010,

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Estudante do Curso de Mestrado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA).

através do Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental (IAGUA).

O objeto a ser investigado foi delineado a partir da observação das famílias inseridas no projeto que buscavam atendimento junto à equipe técnica social. Observação esta que instigou a uma investigação mais aprofundada das implicações advindas com o Projeto de Substituição de Habitação Precária e das mudanças pelas quais passaram as 40 famílias atingidas pela ação, seja de natureza física, com a mudança para uma nova moradia, seja de natureza subjetiva, após a implementação do projeto na área. Para tanto, analisou-se a metodologia utilizada pelo Governo do Estado para a implementação do Projeto na área, observou-se se as unidades habitacionais produzidas foram satisfatórias para essas famílias, bem como verificou-se a situação das mesmas entre o período em que desocuparam as habitações precárias até o momento da realocação na nova unidade habitacional, e como se encontram hoje essas famílias.

O estudo na Comunidade Fé em Deus se deu através da observação *in loco*, pesquisa documental, bibliográfica, e levantamento que envolveu a aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas. Para tanto, foram entrevistadas 20 do universo das 40 famílias inseridas no Projeto de Substituição de Habitação Precária, sendo que destas 20 famílias foram aplicados questionários com 15 delas que já estavam realocadas em suas unidades habitacionais definitivas. As entrevistas semi estruturadas foram 07 - destas, 03 com famílias já realocadas em unidades habitacionais definitivas e 02 com famílias ainda residentes em unidades habitacionais provisórias. Também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com o engenheiro da construtora e com o técnico social responsável pela coordenação das atividades desenvolvidas na área.

## **2 A INTERVENÇÃO DO PAC NA COMUNIDADE FÉ EM DEUS**

Visando o desenvolvimento econômico e social do Brasil, o governo federal através do Ministério [do Planejamento, Orçamento e Gestão](#), criou o PAC em 2007, programa com previsão de investimentos em infraestrutura, aliado aos setores produtivos para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Com este fim, o governo federal, através do PAC planejava realizar obras em todo o país nas áreas de

saneamento, habitação, transporte, energia, entre outros. As ações do programa estruturariam-se em três eixos: infraestrutura logística, energética, social e urbana com ênfase na regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade de população localizada em áreas inadequadas à moradia (PAZ, 2010). Para Maricato (2010) o PAC, lançado na segunda gestão do governo Lula, retoma os investimentos nas áreas de habitação e saneamento, que estavam abandonados há pelos menos 25 anos.

No estado do Pará, as obras do PAC foram distribuídas em seis áreas, cinco na Região Metropolitana de Belém (RMB) e uma no município de Castanhal. Os projetos iniciados foram executados pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB)<sup>2</sup>. Para esses projetos, foram disponibilizados um total de R\$ 210 milhões para a construção de 4.074 moradias. Esta iniciativa pode ser considerada uma política para reduzir o déficit habitacional no estado, que para SÁ (2010), continua sendo um dos mais altos do Brasil: 489 mil moradias em todo o estado e 105.899 moradias na RMB. (Belém, 2006)

Apreende-se, portanto, que essa tentativa de redução do déficit habitacional no Pará, é no mínimo uma política insuficiente, uma vez que prevê a construção de apenas 4.074 moradias, que em comparação com o déficit, apenas da RMB, de 105.899 moradias, observa-se uma gigantesca desproporção, uma vez que, mesmo cumprida a meta de construção dessas 4.074 unidades habitacionais, a RMB ainda continuaria com um déficit de 101.825 moradias. Vale ressaltar que o município de Belém apresenta um déficit de 73.977 unidades habitacionais do universo total da RMB. (Fundação João Pinheiro, 2010).

Nessa perspectiva, as primeiras áreas selecionadas para implementação do PAC no estado foram: Pratinha (Duas Irmãs); Pantanal (Rodovia Transmangueirão); Taboquinha (Icoaraci); Jardim Jader Barbalho (Ananindeua) e Jaderlândia (Castanhal); e Fé em Deus (Rodovia Augusto Montenegro). Ressalta-se que na Comunidade Fé em Deus foi identificada pelo projeto, como população beneficiária, 1.689 famílias e o valor do investimento previsto era de 19 milhões de reais.

---

<sup>2</sup>Empresa estadual de economia mista, criada pela Lei Estadual N° 3.282, de 13 de abril de 1965, atuando nas áreas de habitação, infraestrutura e serviços urbanos, cujo objetivo é promover a melhoria da qualidade de vida, oportunizando acesso à moradia em ambiente saudável, priorizando a população de baixa renda. ([www.cohab.pa.gov.br](http://www.cohab.pa.gov.br)).

A implementação do projeto na área preconizava a participação dos moradores no mesmo, visto que essa prerrogativa participativa é garantida a partir da Constituição Federal de 1988. Importante destacar que essa garantia de participação é produto da luta por habitação digna no país e pelo direito a cidade, que tiveram papel fundamental na implementação dos marcos regulatórios para a habitação de interesse social no Brasil, embora não se possa negar que ainda existam questões que dificultam a efetivação dessas conquistas enquanto um direito social.

E essa dificuldade de materialização dos direitos sociais, onde se inclui a habitação, coloca na ordem do dia a necessidade imperativa de fortalecer a organização e mobilização em torno da luta por moradia digna, conforme prevê a Constituição de 1988, o Estatuto da Cidade e as normativas da Política Nacional de Habitação, tarefa esta que é dificultada pelas investidas das grandes corporações e do capital financeiro nacional e internacional, incluindo o setor imobiliário, que atuam sobre o solo urbano por meio da especulação.

Todavia, houveram ganhos importantes através das lutas já realizadas relacionados aos direitos sociais e à participação popular, tais como a garantia da exigência, pelos gestores do projeto de intervenção social integrado ao projeto de intervenção física, do chamado Trabalho Técnico Social (TTS) que toma a participação dos beneficiários como contribuição significativa para a sustentabilidade do empreendimento. Tanto que a implementação do PAC no Pará se deu nesses termos, articulado ao TTS. Dessa forma, para a execução do TTS no estado, a COHAB/PA decidiu-se pela terceirização dos serviços, culminando na contratação de duas organizações, sendo uma de caráter empresarial, denominada Urbaniza, e a outra uma Organização Não Governamental (ONG) denominada Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental (IAGUA).

Para ampliar a visão sobre a área estudada, faz-se aqui importante uma breve caracterização da Comunidade Fé em Deus. Trata-se de uma área de ocupação localizada no km-10 da Rodovia Augusto Montenegro, no Bairro do Tenoné/Icoaraci no Município de Belém/PA, cujo acesso é realizado através do corredor de tráfego da Rodovia Augusto Montenegro. Sua ocupação se deu a aproximadamente vinte anos, prevalecendo na área a precariedade habitacional, a incidência de violência, e a ausência de equipamentos públicos coletivos.

Essa comunidade está situada numa área, onde em 2010, se observou uma expansão do investimento no mercado imobiliário, com forte ampliação de condomínios verticais, construção de grandes supermercados e *shopping center*. Faz-se importante observar que, não obstante os investimentos privados no entorno da comunidade, a maioria dos moradores, conforme dados levantados, sobreviviam de atividades autônomas ou prestação de serviços no mercado informal.

Para o entendimento das áreas de ocupação, toma-se por referência a análise de Corrêa (1993), que diz ser nas áreas ocupadas que os grupos sociais excluídos produzem seu próprio espaço, sendo elas formas de resistência e sobrevivência, conforme diz esse autor,

A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade. (CORRÊA, 1993, p. 30).

Para fins dessa análise, importa também observar algumas características da área apresentadas antes da implementação do projeto, que darão elementos para analisar o alcance do projeto em relação à melhoria da qualidade de vida população.

Nesse sentido, observa-se que, segundo a coleta de dados sócios econômicos, obtidos em 2007, por amostragem, em 18% das moradias na comunidade, antes do início do projeto físico na área, que as casas eram, em sua maioria, de madeira, e as poucas de alvenaria, com ausência de pavimentação asfáltica e de esgotamento sanitário adequado. A coleta de lixo, feita pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB), embora regular, não abrangia toda a área, levando alguns moradores a queimar o lixo no quintal ou depositá-lo na mata. Quanto ao serviço de transporte coletivo, o mesmo era inexistente. O fornecimento de água realizado pelo Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto de Belém (SAABE), não atendia toda a população, obrigando muitos moradores a utilizarem poços abertos. (PTTS/Fé em Deus, 2007).

Contudo, o espaço da Comunidade Fé em Deus passou por um momento de reestruturação através da implementação do PAC na área que previa ações de Urbanização e Infraestrutura Básica (ampliação de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem Pluvial, Sistema Viário, Terraplenagem e Pavimentação de Vias), Equipamentos Urbanos, Regularização Fundiária e Projeto de Trabalho Técnico Social em parceria com comunidade beneficiária. Vale destacar que o

projeto urbanístico também previa a produção de Unidades Habitacionais (UH's), produção essa dividida em três tipologias: Projeto de Remanejamento, Projeto de Ampliação ou Melhoria Habitacional e Projeto de Substituição de Habitação Precária, conforme veremos adiante. (PTTS/Fé em Deus, 2007).

Dessa forma, de acordo com o PTTS/Fé em Deus (2007), estava prevista a construção de 200 moradias em alvenaria de 39m<sup>2</sup> com sala e cozinha, 02 quartos, circulação e banheiro; dessas, 160 unidades seriam para o Projeto de Remanejamento (moradias que seriam removidas por estarem localizadas em frentes de intervenção do projeto físico), e 40 unidades para o Projeto de Substituição de Habitação Precária. Em suas metas, o Projeto ainda previa a seleção de mais 132 famílias a serem inseridas no Projeto de Ampliação ou Melhoria de suas moradias, estando este processo, até a presente data, ainda indefinido.

O Projeto de Substituição de Habitação Precária estava voltado para a construção de Unidades Habitacionais Novas (UHN), destinadas às famílias em situação de moradia precária e de risco. No Projeto Urbanístico Fé em Deus, foram identificadas 40 famílias nessa situação e, portanto, inseridas no referido projeto. Um dado importante a destacar é que ao final do projeto físico na área, seria realizado cadastramento socioeconômico de 100% das famílias da comunidade, objetivando o processo de regularização fundiária, com a garantia de seus nomes nos respectivos Títulos de Concessão Real de Uso, previsto no PTTS, de acordo com as orientações contidas no Caderno de Orientação Técnico Social (COTS). (COTS, 2009).

### **3 O PROJETO DE SUBSTITUIÇÃO DE HABITAÇÃO PRECÁRIA NA PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS ENVOLVIDAS**

Uma das problemáticas identificadas na comunidade Fé em Deus é relacionada à precariedade de moradias. Portanto, sendo um dos objetivos a superação desta situação de precariedade, o governo estadual iniciou o processo de intervenção urbanística do PAC na área, que contemplou a produção de unidades habitacionais, destacando-se o Projeto de Substituição de Habitação Precária, objeto deste estudo.

O projeto estudado objetivava a produção de novas unidades habitacionais visando à substituição de moradias precárias, ou seja, habitações que ofereciam riscos aos seus moradores. O acesso ou inclusão das famílias ao projeto obedeceu a critérios

estabelecidos pelo Governo do Estado, quais sejam: ser moradia própria e precarizada, sendo excluídos aqueles que viviam de aluguel ou agregado. Vale ressaltar que a moradia no atual sistema de produção é apreendida enquanto mercadoria, sendo seu acesso determinado pelo potencial de compra do consumidor, o que resulta na exclusão de grande parte da população do acesso a esse bem, uma vez que, conforme Fernandes (2005, p.222), “o segmento de baixa renda não possui poder de compra capaz de gerar rentabilidade que interesse ao setor privado de produção de moradia, forjando um *déficit* de oferta para essa faixa da população”.

Assim sendo, após o processo de seleção das famílias procedeu-se a assinatura dos termos de adesão, que era uma das condições para a inserção no projeto, uma vez que a assinatura do termo autorizava a demolição da moradia precária e a construção da unidade habitacional nova (UHN), conforme previa o PTTS/Fé em Deus:

Promover assinatura de Termo de Adesão pelas famílias selecionadas, onde devem ser destacados os DIREITOS e DEVERES dos beneficiários, enfatizando o compromisso da família em solucionar moradia provisória com seus próprios meios, quando necessário, para a realização dos serviços na sua nova Unidade Habitacional. (PTTS/Fé em Deus, 2007, p.7).

Conforme se observa no conteúdo do Termo de Adesão, o projeto não garantia auxílio-aluguel às famílias, tampouco moradia provisória; no entanto, por pressão de alguns moradores, devido ao atraso na construção das unidades habitacionais, o projeto, *a posteriori*, acabou acatando esta reivindicação disponibilizando moradia provisória a algumas famílias. Quanto às famílias, que não tiveram acesso às moradias provisórias, algumas improvisaram barracos nos seus quintais, outras foram morar com familiares ou amigos, ou ainda morar de aluguel. Vale ressaltar que ainda estavam nesta condição 07 famílias, as quais esperavam há 03 anos o término do projeto, ainda não concluído.

Em relação ao prazo dado para a construção das UHN, os moradores destacaram que foram orientados pela equipe técnica a deixar a moradia precária, esclarecendo que o prazo, dado pela engenharia para a construção das mesmas seria de três meses a partir da saída dos moradores. Prazo este que, segundo os moradores não se cumpriu, conforme pode ser observado nas falas dos moradores:

A Equipe Técnica pediu para que desocupasse a casa, saí dia 24 de novembro de 2009, morei de aluguel um ano, foi um sufoco, morava num quarto com banheiro, não era como na casa da gente. Quando chegava o dia de pagar aluguel à gente tinha que pagar, e a gente se preocupava. (Entrevistado 02 - Moradia Provisória).

A demora na construção das moradias causou inúmeros problemas aos moradores, uma vez que o não cumprimento de prazos estabelecidos trouxe impactos de ordem socioeconômica em nível objetivo e outros prejuízos em nível subjetivo que afetaram a saúde física e mental dos moradores tais como, ansiedade, insegurança, dificuldade de pagamento de aluguel, dificuldades financeiras e conflitos familiares, depressão, ansiedade, frustração, dentre outros observados e narrados pelos próprios moradores.

Observou-se ainda que, o menor tempo de construção de uma moradia foi de cinco meses, e outras 30 famílias tiveram que esperar entre nove meses e dois anos, 07 moradoras aguardam pela construção de suas casas novas, estando residindo ainda em unidade habitacional provisória, e 01 família se encontra ainda residindo na sua moradia precária. Faz-se importante destacar que a lentidão do projeto levou 01 família à desistência do mesmo.

De acordo com informações fornecidas pelo engenheiro responsável pela obra física na área, o prazo inicial para a conclusão das obras seria outubro de 2010, tendo depois o prazo aditivado para julho de 2011 e, segundo o engenheiro, considerando que as obras estão praticamente paradas, será necessário um novo aditivo de prazo. Nesse sentido, destaca que,

A causa principal do atraso é o não repasse de recursos pela Caixa e pela COHAB (Estado-contrapartida). Também por causa dos períodos chuvosos, que deve ser considerado, mas o principal é a falta de recursos. (Engenheiro - Entrevista realizada em 24 de maio de 2011).

Para o técnico social da área, corroborando a afirmação do engenheiro, a razão principal para o atraso das obras, é a falta de repasse de recursos financeiros pela executora. Segundo o técnico, a situação é a seguinte:

Nas reuniões de nivelamento entre COHAB, ENGER, LAJE e IAGUA ficou claro que o fator financeiro, ou seja, o atraso do repasse de verbas da COHAB para as contratadas, era o principal motivo que dificultava a execução da obra física e o do projeto social. (Técnico Social - Entrevista realizada em 13 de maio de 2011).

Quanto aos moradores que estão em suas unidades habitacionais definitivas, quando indagados se estão satisfeitos com sua nova unidade habitacional, eles declaram que estão bem, no entanto a moradia apresenta muitos problemas. Em relação à satisfação dos moradores quanto à nova unidade habitacional, um morador destacou que, melhorou “um pouco, não era como eu queria, tem muitos problemas no telhado,

no encanamento, segurança, o material de construção é muito ruim, foi construída com arenoso”. (Entrevistado 04).

Quando indagados sobre problemas em suas unidades habitacionais, 14 moradores responderam que já identificaram problemas na sua moradia. Dos problemas encontrados nas residências, o mais mencionado é a porta, 53,3%, que são muito frágeis e algumas, desde a sua instalação, estavam empenadas e não abriam ou fechavam direito. Os moradores também reclamaram do piso, que segundo eles, foi mal feito e apresentava buracos e a instalação elétrica também apresentava problemas. No encanamento constantemente ocorriam vazamentos e as fossas provisórias, muito pequenas, transbordavam. Quanto ao telhado, respingava muito e as paredes apresentavam rachaduras.

Presume-se, portanto, que os problemas estruturais identificados nas unidades habitacionais produzidas, estão diretamente relacionados com a baixa qualidade do material utilizado na construção das moradias. Quanto à qualidade do material utilizado nas obras, o engenheiro afirma que,

Quanto ao reboco, todo material tem coeficiente de dilatação. Mas as paredes não foram chapiscadas, porque não estava previsto recursos para compra de argamassa que facilita a aderência. Não foi especificado no projeto e não foi pedido. Por isso o reboco cai porque não tem aderência. Em relação aos blockret, por falta de recursos, o trabalho não é finalizado adequadamente e acaba estragando. (Engenheiro – Entrevista realizada em 24 de maio de 2011).

Em relação à qualidade da habitação produzida, faz-se necessário algumas considerações. De acordo com Rauta Ramos (2008, p.200), o processo de produção é entendido como um “conjunto de atividades de transformação da natureza em bens necessários à sobrevivência humana”, sendo a habitação um desses bens. A autora afirma ainda que no solo urbano existem mercadorias produzidas para classes distintas, com características distintas, tais como, a localização, a infraestrutura urbana, materiais usados, tipos de acabamento, diferenciando-se de acordo com a classe para qual é produzida.

Depreende-se, portanto, a partir dos dados levantados na Comunidade Fé em Deus, que a baixa qualidade do material utilizado comprova as afirmações de Rauta Ramos (2008), sobre a existência de um mercado de habitações diferenciado para segmentos diferenciados. Confirma-se, portanto, que a habitação sendo mercadoria, é produzida de acordo com o segmento social para a qual é direcionada; diferenças estas

∩

que podem ser percebidas desde a escolha do terreno até a escolha do material e do acabamento das moradias. Rauta Ramos (2008), sobre a construção de moradias populares, voltadas para os segmentos mais empobrecidos, afirma que,

São construídas geralmente na periferia urbana, em terrenos poucos valorizados, isto é, com pequeno ou nenhum trabalho social incorporado à terra, isto é, sem infraestrutura urbana adequada. A dimensão da área é diminuta, seja em terreno ou em área construída, com a utilização de material de baixa qualidade e quase sem acabamento. (RAUTA RAMOS, 2008, p.209).

Outro aspecto investigado nessa pesquisa é a participação no projeto pelos moradores envolvidos. No que diz respeito à participação no projeto, 12 moradores, (60%), afirmam que a única participação que tiveram foi o acompanhamento da construção de suas casas e 08 moradores, (40%), afirmam que não tiveram essa participação: “Acompanhei a construção da minha casa, vinha sempre aqui, mas o PAC não conversou com a gente sobre como seria a casa”. (Entrevistado 05). Em relação à questão da participação das famílias na execução do projeto que era um dos objetivos do PTTS, o técnico social observa que esse processo era realmente muito limitado, de forma que,

A primeira reprogramação do PTTS teve consulta popular. Buscou-se fazer um projeto voltado à realidade da comunidade. Difícil era ter autonomia para realizar a intervenção. O projeto deveria atender às deliberações do Governo do Estado da época, que de certa forma limitava o trabalho dos técnicos o que se estendeu à Comissão de Fiscalização das Obras. (Técnico Social – Entrevista realizada em 13 de maio de 2011).

Essa participação limitada dos moradores no projeto corrobora a afirmação de Sá (2010, p.246), segundo a qual, essa participação acaba sendo transformada “em uma participação formal e institucionalizada”, um fato que reforça essa afirmação é que, de acordo com a autora, “as comunidades são chamadas para assinarem termos de adesão a estas propostas antes mesmo que as atividades previstas sejam iniciadas”.

A pesquisa verificou também a permanência das famílias na nova unidade habitacional, o que está intimamente relacionado com o grau de satisfação dos moradores em relação à qualidade do serviço executado. Quando indagados se pretendem se mudar 53,4% responderam categoricamente que não; e 46,6% das famílias disseram que “sim”, “talvez” e “não sei”, um índice bastante significativo considerando

que o projeto na área se propunha a melhoria da qualidade de vida da população local e a criação de condições para que as mesmas se mantivessem no local.

Em relação aos serviços e equipamentos disponíveis atualmente na comunidade, após 03 anos de intervenção do PAC, a pesquisa identificou que não houve mudanças significativas. Considerando os dados atualizados, verificou-se a ausência ou precariedade de serviços básicos na comunidade, tais como, creches públicas; escola pública de educação infantil (apenas uma funcionaria a partir de 2011); posto de saúde e hospital; segurança/posto policial; espaço de recreação/praças e telefones públicos e transporte. Importante destacar que na comunidade também não há supermercados e feiras livres.

Sobre o serviço de esgotamento sanitário as famílias ainda aguardavam a conclusão das obras da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e no que diz respeito à pavimentação das ruas, o processo também não tinha sido concluído. Quanto ao serviço de transporte coletivo, a melhora parcial das ruas possibilitou que a Empresa Icoaraciense, disponibilizasse linhas de ônibus para a comunidade, mas, apesar da satisfação dos moradores, os mesmos mostraram-se preocupados com a situação das ruas, que poderia vir a inviabilizar a trafegabilidade dos mesmos na comunidade. Em relação ao fornecimento de água realizado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém (SAAEB), a mesma continuava insuficiente. A comunidade frequentemente sofria grandes períodos de falta de abastecimento de água, o que ocasionou protestos radicalizados pelos moradores, inclusive com o fechamento da Rodovia Augusto Montenegro.

Quanto ao fornecimento de energia elétrica o mesmo ainda não estava regularizado, de modo que ainda utilizava-se de energia clandestina. Em relação à coleta de lixo, realizada pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB), continuava não abrangendo toda a área, ou seja, não houve modificação significativa após 03 anos de intervenção do PAC na área. Em relação a equipamentos comunitários, foi construída uma praça, que de acordo com os moradores, é muito pequena, se encontra abandonada e sem iluminação, bem como foi construído o Novo Espaço Comunitário, equipamento este previsto no programa, mas que ainda estava aguardando definição para o seu funcionamento regular. No que tange as variáveis renda e ocupação, também investigados nesta pesquisa, verificou-se, que na maioria das famílias apenas uma

pessoa possuía renda, advinda de atividade autônoma com rendimento mensal de menos de 01 a 02 salários mínimos.

Em relação a serviço de educação, a comunidade continuava contando apenas com uma escola pública de ensino fundamental, que a partir de 2011, teria sua primeira turma de educação infantil; e que, segundo depoimentos das famílias, não seria suficiente para atender a demanda da comunidade. Quanto à escolaridade, os dados obtidos a partir da pesquisa com os titulares das unidades habitacionais, apontam uma maior incidência (53%) no ensino fundamental incompleto, sendo que apenas (40%), cursaram ou cursam alguma série do ensino médio, desses, apenas 01 titular concluiu o ensino médio.

Nesse sentido, concluiu-se, tomando como referência o estudo sócio territorial do PTTS/Fé em Deus (2007), que após 03 anos do PAC na área não houve diferenças quanto à quantidade de pessoas que possuem renda na família, nem quanto ao tipo de ocupação ou em relação ao rendimento mensal. Pressupõe-se, portanto, que há incapacidade do projeto, no que diz respeito à ação de fomento a geração de trabalho e renda, visando à capacitação e qualificação profissional e melhoria de renda e qualidade de vida das famílias envolvidas no mesmo, conforme previsto. Assim, observou-se que, a intervenção do PAC na comunidade atendeu de forma muito precária a demanda por infraestrutura urbana, e nesse sentido, pode-se afirmar que, semelhante a outras políticas relacionadas à moradia direcionadas para a “população de baixa renda” [grifos nossos], continua a oferecer, o que Fernandes (2008) denomina de uma cidadania de segunda categoria, a esses segmentos que historicamente tem seus direitos, constitucionalmente estabelecidos, boicotados.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a pesquisa que teve como objetivo geral a verificação das implicações do projeto no cotidiano das famílias inseridas no mesmo, foi possível apreender que o projeto na área contou com pouca participação dos moradores, embora a equipe técnica social tenha trabalhado para isso a despeito das limitações observadas. Observou-se que o atraso na conclusão das obras acarretou uma série de transtornos aos moradores, tanto de origem material quanto emocional. No que tange a qualidade do material utilizado,

percebeu-se um paradoxo, ou seja, a erradicação de casas precárias se dá pela substituição do precário por um novo tipo de precariedade. Outro dado observado é em relação aos critérios utilizados para inserção no projeto, que exclui as famílias agregadas ou moradoras de aluguel. Observou-se ainda, em relação a equipamentos urbanos, que a comunidade continuava completamente desprovida dos mesmos.

Embora o PAC na área previsse ações de urbanização e infraestrutura básica, geração de trabalho e renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população envolvida, percebeu-se que esse objetivo não foi alcançado, uma vez que a ocupação e renda das famílias continuava sendo incidente em atividade autônoma com rendimentos mensais de menos de 01 a 02 salários mínimos, advinda de apenas um membro da família, ou seja, o projeto não atingiu o objetivo de melhoria da qualidade de vida das famílias a partir dessas variáveis. Outro importante dado levantado foi em relação aos prazos estabelecidos, que se fossem cumpridos, teriam reduzido consideravelmente as implicações negativas observadas no atraso das obras.

Para efeito de reflexão destaca-se o direito à moradia digna que, embora a luta a partir dos movimentos sociais tenha tido importantes conquistas, no que diz respeito à implementação dos marcos regulatórios para a habitação no Brasil, percebe-se que, ainda existem questões que dificultam a efetivação dessas conquistas, sobretudo as relacionadas a moradia de interesse social enquanto um direito social.

## **5 REFERÊNCIAS**

**BELÉM. DIAGNÓSTICO HABITACIONAL DE BELÉM (DHB).** Ministério das Cidades (MCidades). Caixa Econômica Federal. Prefeitura Municipal de Belém (PMB). Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental (IAGUA). Novembro, 2006.

**BRASIL. Caderno de Orientação Técnico Social (COTS).** Caixa Econômica Federal. Superintendência Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável/Gerência Nacional de Gestão, Padronização e Normas Técnicas. Junho, 2009.

**CORRÊA, R. L. O Espaço Urbano.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

**FERNANDES, Lenise Lima. Trabalho Social e Habitação para população de baixa renda: desafios a uma ação profissional democrática no início do século XXI.** In:

POLÍTICA DE HABITAÇÃO POPULAR E TRABALHO SOCIAL. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/>. Acesso em: 22 mai. 2010.

MARICATO, Ermínia. **O Estatuto da Cidade Periférica**. In: O Estatuto da Cidade: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

PAC. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Portal Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/>. Acesso em: 21 mai. 2001.

PARÁ. **Projeto de Trabalho Técnico Social**. Comunidade Fé em Deus. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Belém, outubro de 2007.

PARÁ. **Companhia de Habitação do Estado**. Disponível em: [www.cohab.pa.gov.br](http://www.cohab.pa.gov.br). Acesso em: 21 mai. 2011.

PAZ, Rosangela D. O. **Cidades, Desigualdades e Territórios: Trajetória do Trabalho Social em Habitação**. In: Curso de Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

RAUTA RAMOS, Maria Helena. **Habitação, um meio de reprodução social**. In: Interloquções Urbanas: cenários, enredos e atores. Rio de Janeiro: Arco-Íris, 2008.

SÁ, Maria Elvira Rocha *et al.* **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e participação popular: novo discurso e velhas práticas na política habitacional em Belém/PA**. In: CIDADE E SUSTENTABILIDADE: MECANISMOS DE CONTROLE E RESISTÊNCIA. Rio de Janeiro: Editora Terra Vermelha, 2010.